



PREPARATÓRIOS
— MILITARES —

1º SIMULADO GRATUITO PMPI



PROF. UCHOA
LEGISLAÇÃO PMPI

CORONEL ELIZETE
LEGISLAÇÃO PMPI

PROF. BRUNO
PORTUGUÊS



PRESENCIAL



ON-LINE



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Quando a máquina se torna colega

A chegada da inteligência artificial aos ambientes de trabalho costuma ser anunciada em tom definitivo. De um lado, há quem veja nas novas ferramentas a promessa de eliminar tarefas repetitivas e ampliar a capacidade humana de criação. De outro, há quem imagine um futuro em que profissionais serão gradualmente afastados por sistemas capazes de produzir textos, analisar dados e tomar decisões em poucos segundos. Entre o entusiasmo e o receio, porém, **existe um território menos visível**: o das escolhas feitas pelas instituições e pelas pessoas que utilizam essas tecnologias.

Uma ferramenta não transforma uma profissão de maneira isolada. Seus efeitos dependem das funções que lhe são atribuídas, das regras estabelecidas para seu uso e da formação oferecida aos trabalhadores. Um sistema pode auxiliar um médico a organizar informações, um professor a preparar materiais e uma empresa a identificar padrões em grandes conjuntos de dados. Nada disso, contudo, elimina a necessidade de avaliar resultados, reconhecer erros e assumir responsabilidade pelas decisões tomadas.

Também seria **precipitado** considerar que apenas as atividades mecânicas serão afetadas. A inteligência artificial já alcança setores que exigem linguagem, planejamento e criatividade. Isso não significa que essas capacidades tenham perdido seu valor. Ao contrário: quanto mais uma máquina produz respostas aparentemente convincentes, mais necessário se torna o profissional capaz de formular boas perguntas, examinar fontes e perceber aquilo que os dados não revelam.

O desafio, portanto, não consiste apenas em aprender a operar novos programas. Exige-se dos trabalhadores uma formação contínua, e espera-se das organizações transparência quanto aos critérios utilizados pelos sistemas. Quando uma decisão automatizada interfere na contratação de um candidato, na concessão de um benefício ou na avaliação de um funcionário, não basta afirmar que “o algoritmo decidiu”. Toda tecnologia empregada socialmente carrega as escolhas daqueles que a desenvolveram e daqueles que a adotaram.

A inteligência artificial talvez não substitua simplesmente o trabalhador, como sugerem algumas previsões. É mais provável que modifique tarefas, reorganize profissões e valorize competências diferentes das que hoje predominam. O futuro do trabalho, assim, não será definido somente pela capacidade das máquinas, mas pela forma como os seres humanos decidirão incorporá-las à vida profissional.

01) Depreende-se corretamente do texto que

- A) a substituição integral dos trabalhadores por sistemas inteligentes constitui uma consequência inevitável do avanço tecnológico.
- B) os impactos da inteligência artificial no trabalho dependem não apenas de suas capacidades técnicas, mas também das decisões humanas e institucionais relacionadas ao seu emprego.
- C) as atividades profissionais ligadas à criatividade permanecerão completamente imunes às transformações tecnológicas.
- D) a utilização de sistemas automatizados elimina a responsabilidade daqueles que adotam as decisões por eles apresentadas.
- E) a formação profissional deverá concentrar-se exclusivamente no domínio operacional de novos programas.

02) No primeiro parágrafo, a expressão “existe um território menos visível” refere-se

- A) ao espaço físico em que são desenvolvidos os sistemas de inteligência artificial.
- B) às profissões que ainda não utilizam ferramentas tecnológicas em suas atividades.
- C) ao conjunto de decisões humanas e institucionais que influencia os efeitos da tecnologia sobre o trabalho.
- D) às informações que os trabalhadores procuram esconder dos sistemas automatizados.
- E) ao mercado de trabalho informal, que não dispõe de regras para a adoção de novas tecnologias.

03) A palavra “**precipitado**”, empregada no terceiro parágrafo, apresenta sentido equivalente a apressado. Quanto à sua estrutura e formação, está correto afirmar que:

- A) deriva do substantivo precipício por composição por justaposição.
- B) resulta da união de duas palavras autônomas, sem alteração fonética.



- C) é formada pelo acréscimo de prefixo e sufixo simultaneamente ao radical cita.
D) corresponde ao particípio do verbo precipitar, empregado no texto com valor de adjetivo.
E) é palavra primitiva, da qual se originaram o verbo precipitar e o substantivo precipitação.

04) No período:

“Quanto mais uma máquina produz respostas aparentemente convincentes, mais necessário se torna o profissional capaz de formular boas perguntas”, as orações estabelecem entre si uma relação de

- A) proporcionalidade, pois o aumento de uma circunstância acompanha o aumento da outra.
B) concessão, pois a segunda oração apresenta um fato contrário ao expresso na primeira.
C) finalidade, pois a primeira oração indica o objetivo da ação apresentada na segunda.
D) causa, pois a segunda oração apresenta o motivo exclusivo da produção de respostas pela máquina.
E) condição, pois a necessidade do profissional depende de uma hipótese considerada improvável.

05) A frase redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância é:

- A) Deve existir critérios transparentes para a utilização de sistemas automatizados nas empresas.
B) A análise dos dados e a revisão das decisões permanece indispensável ao uso responsável da tecnologia.
C) Podem ocorrer, durante o funcionamento dos sistemas, resultados imprecisos ou interpretações inadequadas.
D) É necessário a formação contínua e o desenvolvimento de novas competências profissionais.
E) Fazem alguns anos que as ferramentas de inteligência artificial passaram a integrar o ambiente de trabalho.

06) A frase redigida de acordo com a norma-padrão é:

- A) As empresas devem informar aos trabalhadores, os critérios que conduziram à determinada decisão automatizada.
B) O profissional precisa estar atento à possíveis falhas e disposto à revisar os resultados produzidos pelo sistema.
C) Cabe às organizações garantir transparência, oferecer formação adequada e responder pelos efeitos das tecnologias adotadas.
D) A confiança irrestrita aos algoritmos pode conduzir à decisões, cujas consequências nem sempre são previsíveis.
E) À medida que as tecnologias evoluem os trabalhadores, precisam adaptar-se às novas exigências profissionais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

07) Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de valores lógicos (V ou F) das proposições a seguir:

- () 2 não é primo e 4 é quadrado perfeito.
() 2 não é primo ou 4 é quadrado perfeito.)
() 2 não é primo, então 4 é quadrado perfeito.
() 2 não é primo se, e somente se, 4 é quadrado perfeito.
A) F – V – V – F. B) F – V – F – V. C) F – F – V – V.
D) V – F – V – F. E) V – V – F – F.

08) Considerando que a proposição P é verdadeira e a proposição Q é falsa, assinale a alternativa que apresenta uma proposição composta falsa.

- A) $(P \vee Q)$ B) $(P \wedge \sim Q)$ C) $(\sim P \vee \sim Q)$ D) $(P \rightarrow Q)$ E) $(\sim P \rightarrow Q)$

09) Um aluno matriculado em um curso de idiomas esqueceu de efetuar o pagamento da mensalidade na data de vencimento. O contrato do curso estabelece que, em caso de atraso, será aplicada multa de 2% sobre o valor da mensalidade, além de juros simples correspondentes a 0,5% do valor da mensalidade por dia de atraso.

Sabendo que a mensalidade é de R\$ 250,00 e que o pagamento foi realizado 10 dias após o vencimento, o valor total desembolsado pelo aluno foi de:

- A) R\$ 251,00 B) R\$ 255,00 C) R\$ 262,50 D) R\$ 267,50 E) R\$ 374,50

10) Durante uma avaliação física realizada em uma academia, foi informado a uma aluna que seu peso corporal era de 64 kg, dos quais 16 kg correspondiam à massa de gordura. O profissional responsável explicou que o percentual de gordura é obtido pela razão entre a massa de gordura e o peso total, multiplicada por 100.

Com base nessas informações, o percentual de gordura corporal da aluna é de:

- A) 20% B) 24% C) 25% D) 28% E) 30%



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11) Durante um treinamento sobre fundamentos da computação, o instrutor explicou que todas as informações processadas por computadores são representadas em linguagem binária, composta apenas pelos dígitos 0 e 1. Em seguida, afirmou que existe uma unidade elementar de informação capaz de armazenar apenas um desses dois valores.

Essa unidade é denominada

- A) Byte. B) Bit. C) Nibble. D) Palavra (Word). E) Kilobyte (KB).

12) Uma empresa de TV por assinatura passou a oferecer aos seus clientes acesso à Internet utilizando a mesma infraestrutura física já instalada para a transmissão dos canais televisivos. Segundo a empresa, essa tecnologia permite o compartilhamento do meio físico para o tráfego de dados entre os usuários. A tecnologia de acesso à Internet descrita é denominada

- A) Fibra óptica dedicada (FTTH). B) ADSL. C) Cable Modem. D) Satélite. E) Rede dial-up.

13) Durante a elaboração de um documento no Microsoft Word em português, um usuário deseja salvar rapidamente as alterações realizadas, sem utilizar o menu Arquivo ou clicar no ícone Salvar.

Para executar essa ação por meio de um atalho de teclado, deve utilizar a combinação de teclas

- A) Ctrl + B. B) Ctrl + G. C) Ctrl + S. D) Ctrl + A. E) Ctrl + D.

CONHECIMENTOS GERAIS

14) Em um seminário sobre geopolítica contemporânea, um professor explicou que, segundo a interpretação apresentada no texto, os conflitos internacionais atuais não decorrem exclusivamente de divergências políticas, culturais ou ideológicas entre os Estados, mas estão relacionados às transformações do próprio capitalismo.

De acordo com essa interpretação, as disputas interimperialistas da atualidade decorrem, principalmente,

- A) da oposição entre democracias e ditaduras, que determina a política externa das grandes potências.
B) da intensificação da concorrência entre grandes monopólios e da exportação de capitais, características da fase imperialista do capitalismo.
C) dos conflitos religiosos e civilizacionais, considerados o principal fator de instabilidade internacional.
D) da adoção de políticas econômicas protecionistas pelos países em desenvolvimento, que passaram a disputar a liderança mundial.
E) do enfraquecimento das organizações internacionais, fator apontado como causa exclusiva das guerras contemporâneas.

15) A crescente demanda por minerais críticos tem levado diversos países a redefinirem suas estratégias econômicas e geopolíticas, uma vez que esses recursos são considerados essenciais para a transição energética e para o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.

Um dos principais fatores que explica a posição de liderança da China nesse cenário é

- A) a concentração das maiores reservas mundiais de todos os minerais críticos em seu território.
B) a adoção de uma estratégia de integração vertical, controlando etapas como o refino, o processamento e a manufatura de tecnologias associadas aos minerais críticos.
C) a substituição completa da importação de minerais por fontes exclusivamente domésticas.
D) a proibição da participação de empresas estrangeiras na cadeia de produção de baterias e painéis solares.
E) a exclusividade na exploração de lítio, cobre e terras raras concedida por organismos internacionais.

16) A crescente demanda por minerais críticos, como lítio, cobalto, níquel e terras raras, tem ampliado a importância estratégica de países detentores desses recursos naturais. Nesse contexto, especialistas apontam que o Brasil reúne condições para assumir posição de maior protagonismo na economia global da transição energética.

Para que o país amplie sua participação nas cadeias globais de valor e reduza sua dependência da simples exportação de matérias-primas, é necessário:

- A) priorizar exclusivamente a exportação de minério bruto, evitando investimentos em processamento industrial, a fim de reduzir os custos de produção.
B) concentrar os investimentos apenas na ampliação da atividade extrativa, sem incentivar pesquisa, inovação tecnológica ou agregação de valor aos minerais produzidos.



SIMULADO GRATUITO – PREPARATÓRIOS MILITARES



- C) fortalecer o processamento industrial, investir em pesquisa e inovação, ampliar a infraestrutura logística e garantir segurança jurídica, favorecendo a produção de bens de maior valor agregado.
D) restringir a exploração mineral às empresas estatais, proibindo a participação da iniciativa privada e de investimentos estrangeiros no setor.
E) reduzir a exploração de minerais críticos, substituindo-os integralmente por outras matérias-primas, diante do avanço das energias renováveis.

CONHECIMENTOS REGIONAIS

17) Um estudante de Geografia afirmou que o Piauí possui uma característica territorial singular entre os estados nordestinos por apresentar uma pequena faixa litorânea e integrar duas sub-regiões do Nordeste brasileiro.

A respeito da divisão regional do território piauiense, é correto afirmar que o estado está inserido nas sub-regiões

- A) Zona da Mata e Agreste. B) Meio Norte e Sertão. C) Agreste e Sertão.
D) Meio Norte e Zona da Mata. E) Sertão e Zona da Mata.

18) As condições climáticas do Piauí variam conforme a localização dentro do estado, influenciando diretamente a vegetação, a disponibilidade hídrica e as atividades econômicas.

Sobre os tipos climáticos predominantes no Piauí, assinale a alternativa correta.

- A) Todo o estado apresenta clima Equatorial úmido, com chuvas abundantes durante todo o ano.
B) Predomina o clima Tropical de Altitude em todo o território, com invernos rigorosos.
C) O estado apresenta apenas clima Tropical típico, sem influência do Semiárido.
D) O clima Semiárido ocorre exclusivamente no litoral, enquanto o Tropical úmido predomina no interior.
E) O clima Semiárido predomina na porção leste, enquanto o clima Tropical quente e úmido ocorre principalmente no oeste do estado.

19) A diversidade ambiental do Piauí faz com que seu território apresente formações vegetais pertencentes a diferentes domínios brasileiros. Nesse contexto, constitui um domínio vegetal de transição presente no estado

- A) Mata Atlântica. B) Pantanal. C) Mata dos Cocais.
D) Floresta de Araucárias. E) Pampas.

20. Em relação aos aspectos hidrográficos do estado do Piauí, é correto afirmar que a maior parte de seu território pertence à bacia hidrográfica do rio

- (A) São Francisco. (B) Tocantins. (C) Jaguaribe.
(D) Parnaíba. (E) Mearim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DA PMPI

21) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — analise os itens a seguir.

- I. São considerados policiais militares na ativa os reformados que forem convocados para o serviço ativo.
II. A carreira policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade policial-militar.
III. O exame psicológico realizado no concurso público adotará critérios científicos subjetivos, sendo permitida a realização de entrevistas para complementar a avaliação do candidato.
IV. A matrícula do candidato no curso de formação para ingresso no quadro de praças ficará condicionada à idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta e cinco anos no período de inscrição para o concurso.
V. A disciplina policial-militar consiste na ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar.
VI. Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os integrantes da reserva remunerada convocados será definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou na graduação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e III. B) I, III e V. C) II, IV e V. D) II, IV e VI. E) III, V e VI.



22) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre exclusivamente da estrutura hierárquica da Polícia Militar.
- B) Os subtenentes e sargentos auxiliam e completam as atividades dos oficiais, tanto no adestramento da tropa e no emprego dos meios quanto na instrução, na administração e no comando de frações de tropa.
- C) Os oficiais e aspirantes a oficial são preparados, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e da direção das organizações policiais-militares.
- D) Os cabos e soldados são, essencialmente, os elementos de execução.
- E) Cabe ao policial militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.

23) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí — Lei Estadual nº 3.808, de 16 de julho de 1981 — acerca da agregação do policial militar, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O policial militar da ativa será agregado quando ultrapassar seis meses contínuos em licença para tratar de interesse particular.
- B) A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa permanece ocupando vaga na escala hierárquica de seu quadro e nela permanece sem número.
- C) O policial militar será agregado quando ultrapassar seis meses contínuos de licença para tratamento da própria saúde.
- D) A agregação do policial militar será realizada por ato do Comandante-Geral da Corporação.
- E) O policial militar será agregado quando for julgado temporariamente incapaz para o serviço após seis meses contínuos de tratamento.

24) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí — CEDME/PI, instituído pela Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022 — analise os itens a seguir.

- I. Estão sujeitos ao CEDME/PI os militares estaduais da ativa, os inativos, os que se encontrem em circunstâncias de agregação e os que desempenhem cargos ou funções públicas de natureza civil.
- II. Os alunos matriculados nos cursos militares estão sujeitos exclusivamente às normas internas das respectivas unidades de ensino, não se lhes aplicando, ainda que subsidiariamente, as disposições do CEDME/PI.
- III. A hierarquia e a disciplina constituem as bases das Corporações Militares Estaduais.
- IV. Posto é o grau hierárquico dos oficiais militares estaduais, conferido por decreto do Governador do Estado.
- V. Graduação é o grau hierárquico das praças militares estaduais, conferida por ato do Comandante-Geral da respectiva Corporação.
- VI. Durante os cursos militares, prevalecerá, para efeito de antiguidade, o tempo de efetivo serviço prestado anteriormente pelo militar estadual.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e III.
- B) II, IV e VI.
- C) I, V e VI.
- D) II, III e V.
- E) I, III e IV.

25) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí — CEDME/PI, instituído pela Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022 — no que se refere às sanções disciplinares aplicáveis aos militares estaduais, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A advertência é aplicada às transgressões de natureza leve ou média, devendo produzir efeitos no comportamento das praças e no conceito dos oficiais.
- B) A repreensão é uma sanção feita por escrito ao transgressor, publicada de forma reservada ou ostensiva e registrada nos assentamentos individuais, sendo aplicável às transgressões de natureza leve e média.
- C) A suspensão consiste no afastamento temporário do exercício de cargo, encargo ou função do militar estadual da ativa que praticar transgressão leve ou média, sem desconto em seu subsídio.
- D) A reforma disciplinar compulsória será efetuada no grau hierárquico imediatamente inferior ao ocupado pelo militar na ativa, assegurados proventos integrais, independentemente do seu tempo de serviço.
- E) A demissão do oficial e o licenciamento ou a exclusão a bem da disciplina das praças são aplicados, em todos os casos, pelo Comandante-Geral da Corporação Militar.



26) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 — analise os itens a seguir.

- I. Compete à Polícia Militar atuar preventivamente, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presume ser possível a perturbação da ordem.
- II. A Polícia Militar do Estado do Piauí é estruturada em Comando-Geral, órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.
- III. O Comandante-Geral realiza o planejamento geral e o acionamento da Corporação diretamente por meio dos órgãos de execução.
- IV. Incumbe aos órgãos de apoio atender às necessidades de pessoal e de material da Corporação, em cumprimento às diretrizes do Comando-Geral.
- V. Aos órgãos de execução, constituídos pelos órgãos de apoio e pelas unidades administrativas, incumbe a realização das atividades auxiliares da Corporação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II. B) II e III. C) I e IV. D) III e V. E) II, IV e V.

27) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei Complementar nº 68, de 23 de março de 2006 — assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A promoção é um ato jurídico que tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau imediatamente superior, com base nos efetivos fixados em lei para o Quadro de Praças da Polícia Militar.
- B) A promoção por antiguidade baseia-se na precedência hierárquica de uma praça policial militar sobre as demais de igual graduação, dentro do mesmo quadro.
- C) A promoção por merecimento fundamenta-se no conjunto de qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor da praça entre seus pares, avaliados no decorrer da carreira, especialmente na graduação que ocupa ao ser cogitada para promoção.
- D) A promoção post-mortem visa expressar o reconhecimento do Estado do Piauí à praça policial militar falecida no cumprimento do dever ou em consequência deste.
- E) A promoção em ressarcimento de preterição ocorre após ser reconhecido à praça preterida, por decisão administrativa ou judicial, o direito à promoção que lhe caberia.

28) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Piauí — Lei nº 5.378, de 10 de fevereiro de 2004 — acerca dos descontos incidentes sobre a remuneração ou os proventos do policial militar, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os descontos incidentes sobre a remuneração ou os proventos do policial militar classificam-se exclusivamente como obrigatórios.
- B) Os descontos autorizados possuem prioridade sobre os descontos obrigatórios.
- C) Na aplicação dos descontos, é permitido que o policial militar receba quantia inferior a trinta por cento de sua remuneração ou de seus proventos.
- D) O pagamento de impostos incidentes sobre a remuneração ou os proventos constitui desconto autorizado, dependendo da concordância do policial militar.
- E) São descontos autorizados os pagamentos de taxas relativas à filiação e à manutenção de clubes sociais, associações e entidades de classe dos policiais militares.

29) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares — Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023 — assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições militares e permanentes.
- B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares possuem autonomia em relação à política de segurança pública, não estando vinculados ao seu sistema de governança nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios.
- C) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são instituições indispensáveis à preservação da ordem pública.
- D) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Único de Segurança Pública e a Defesa Nacional.
- E) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares integram o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.



30) (Prof. Uchoa 2026) De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, no que se refere à estabilidade dos servidores públicos e ao regime próprio de previdência social, analise os itens a seguir.

- I. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II. O servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, sendo dispensada a garantia da ampla defesa.
- III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.
- IV. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será imediatamente exonerado, sem direito à disponibilidade ou ao aproveitamento em outro cargo.
- V. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos possui caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente federativo, dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- VI. O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos integrais, aos setenta anos de idade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I, II e IV. B) II, III e VI. C) I, III e V. D) I, IV e VI. E) II, IV e V.

NOÇÕES DE DIREITO

31) Durante uma palestra promovida por uma Escola de Governo, um professor apresentou aos alunos diversos princípios e garantias constitucionais relacionados ao Direito Penal. Ao final da exposição, um dos participantes fez a seguinte afirmação:

"A Constituição Federal estabelece que determinados crimes recebem tratamento mais rigoroso, além de prever garantias fundamentais relacionadas à legalidade penal e à aplicação da lei no tempo."

Considerando exclusivamente as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) A lei penal poderá retroagir para prejudicar o réu, desde que se trate de crime hediondo ou equiparado.
- B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- C) A tortura, o terrorismo, o tráfico ilícito de entorpecentes e os crimes hediondos são crimes imprescritíveis e insuscetíveis de fiança.
- D) O princípio da legalidade penal admite a criação de crimes e penas por medida provisória, desde que posteriormente convertida em lei.
- E) A Constituição Federal estabelece que apenas os executores dos crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e crimes hediondos responderão penalmente, excluindo os mandantes e os omitentes.

32) Uma empresa do setor industrial passou por intenso processo de modernização tecnológica, substituindo parte da mão de obra por sistemas automatizados. Em razão dessa mudança, um grupo de empregados questionou o departamento jurídico sobre os direitos assegurados pela Constituição Federal relativos à proteção dos trabalhadores diante da automação, à assistência aos filhos, aos acordos coletivos e aos acidentes de trabalho.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) A Constituição assegura assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores em creches e pré-escolas até os 6 (seis) anos de idade, além de reconhecer os acordos coletivos de trabalho.
- B) A proteção em face da automação possui eficácia plena e imediata, independentemente de regulamentação legal para sua aplicação.
- C) O seguro contra acidentes de trabalho é de responsabilidade exclusiva da Previdência Social, afastando qualquer obrigação indenizatória do empregador.
- D) A Constituição reconhece as convenções e os acordos coletivos de trabalho e assegura ao trabalhador seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização devida quando este incorrer em dolo ou culpa.
- E) A assistência gratuita em creches e pré-escolas é assegurada apenas aos filhos dos trabalhadores matriculados na rede pública de ensino.

33) Durante um curso de formação para servidores públicos, o professor apresentou aos alunos quatro situações envolvendo pessoas que pretendiam obter ou comprovar a nacionalidade brasileira. Ao final, solicitou que identificassem a hipótese que está em conformidade com o disposto no art. 12 da Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa correta.



- A) João nasceu na França, filho de pai brasileiro e mãe francesa. Seu pai estava a serviço de uma empresa privada brasileira. Nessa hipótese, João será considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer outro requisito.
- B) Ana nasceu no Brasil, filha de pais argentinos que estavam no território brasileiro a serviço do governo da Argentina. Nessa situação, Ana será considerada brasileira nata em razão da adoção do critério territorial pela Constituição.
- C) Carlos, cidadão português com residência permanente no Brasil, terá automaticamente todos os direitos inerentes ao brasileiro, ainda que inexistam reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- D) Laura, nascida no exterior, filha de mãe brasileira que não estava a serviço da República Federativa do Brasil, foi registrada em repartição brasileira competente. Nessa hipótese, Laura será considerada brasileira nata.
- E) A Constituição Federal proíbe qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, vedando inclusive as exceções expressamente previstas no próprio texto constitucional.

34) Com o objetivo de demonstrar a incidência dos princípios limitadores do Direito Penal, um professor apresentou aos alunos as seguintes situações hipotéticas:

I. Carlos, inconformado com sua situação financeira, destruiu completamente seu próprio automóvel, regularmente registrado em seu nome.

II. Pedro, em um momento de desespero, provocou em si mesmo lesões corporais sem atingir qualquer outra pessoa.

III. João danificou o veículo de seu vizinho durante uma discussão.

Ao analisar os casos, um estudante afirmou que apenas a conduta de João possui relevância penal, pois as demais não atingem bem jurídico de terceiro.

À luz do princípio da alteridade, a afirmação do estudante está

- A) incorreta, pois o Direito Penal pune qualquer lesão a bem jurídico, ainda que pertencente ao próprio agente.
- B) incorreta, porque a autolesão constitui crime de lesão corporal privilegiada, embora não gere responsabilidade civil.
- C) correta, pois o princípio da alteridade exige que a conduta lesione ou exponha a perigo bem jurídico de terceiro, razão pela qual o Direito Penal não pune, em regra, a autolesão nem a destruição do próprio patrimônio.
- D) incorreta, uma vez que a destruição do próprio patrimônio configura crime de dano quando causar prejuízo econômico ao próprio agente.
- E) incorreta, porque o princípio da alteridade se aplica apenas aos crimes contra a vida, não alcançando os crimes contra o patrimônio.

35) Após descobrir que estava grávida, Lúcia, maior de idade e plenamente capaz, procurou uma clínica clandestina e manifestou expressamente sua concordância para que Ricardo, médico, realizasse o aborto. Durante o procedimento, contudo, Lúcia mudou de ideia e pediu que a intervenção fosse imediatamente interrompida. Ricardo, ignorando a manifestação da gestante, prosseguiu com o procedimento até provocar a morte do nascituro.

À luz do Código Penal, a conduta de Ricardo caracteriza o crime de

- A) aborto provocado com o consentimento da gestante (art. 126 do Código Penal), pois o consentimento inicialmente concedido permanece válido até o término da intervenção.
- B) autoaborto, uma vez que a gestante consentiu inicialmente com a prática abortiva.
- C) aborto provocado sem o consentimento da gestante (art. 125 do Código Penal), pois o consentimento deve subsistir durante toda a execução do procedimento abortivo.
- D) aborto qualificado, em razão da revogação do consentimento durante a execução do procedimento.
- E) lesão corporal seguida de aborto, por ter havido alteração da vontade da gestante durante a prática do ato.

36) Após sofrer reiterados episódios de violência doméstica, Helena requereu medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Ao analisar o caso, o magistrado verificou que a vítima se encontrava em situação de elevada vulnerabilidade social e econômica, possuía dois filhos em idade escolar e havia indícios de que o agressor pretendia alienar um imóvel pertencente ao casal sem sua anuência.

À luz das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, é correto afirmar que o juiz poderá

- A) conceder auxílio-aluguel à ofendida por período de até 6 meses, fixando seu valor conforme a situação de vulnerabilidade social e econômica da vítima.
- B) determinar a transferência dos dependentes da ofendida para instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, desde que exista vaga disponível na instituição de destino.
- C) suspender definitivamente as procurações conferidas pela ofendida ao agressor, independentemente de comunicação ao cartório competente.
- D) proibir, em caráter permanente, a celebração de contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, ainda que haja autorização judicial.



E) determinar o afastamento da ofendida do lar apenas mediante sua renúncia aos direitos relativos aos bens, à guarda dos filhos e aos alimentos.

37) Durante o julgamento de uma ação penal fundada na Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), o magistrado condenou definitivamente um agente público pela prática do delito. O Ministério Público requereu, na sentença, a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima, bem como a decretação da perda do cargo público e da inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de cinco anos. Constatou-se, entretanto, que o réu não era reincidente em crime de abuso de autoridade.

À luz do disposto no art. 4º da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

- A) a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública constituem efeitos automáticos da condenação, independentemente de reincidência.
- B) a obrigação de indenizar o dano somente poderá ser reconhecida em ação civil própria, sendo vedado ao juiz fixar valor mínimo para reparação na sentença penal condenatória.
- C) a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para seu exercício dependem de reincidência em crime de abuso de autoridade e de declaração motivada na sentença, não decorrendo automaticamente da condenação.
- D) a perda do cargo depende de reincidência em crime de abuso de autoridade, mas a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública constitui efeito automático da condenação.
- E) a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal depende exclusivamente de iniciativa do juiz, sendo dispensável requerimento do ofendido.

38) Durante uma operação de combate ao crime organizado, agentes públicos prenderam um suspeito e, por determinação de seu superior hierárquico, submeteram-no a intenso sofrimento físico e psicológico com o objetivo de obter a localização de outros integrantes da organização criminosa. Posteriormente, um dos agentes alegou que apenas cumpria ordens superiores e que a gravidade da situação justificava a adoção de tais medidas.

À luz da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, a alegação apresentada pelo agente é

- A) procedente, pois a existência de ameaça à segurança pública constitui circunstância excepcional apta a justificar a prática da tortura.
- B) improcedente, pois nem circunstâncias excepcionais nem a ordem de funcionário superior ou de autoridade pública podem ser invocadas como justificativa para a prática da tortura.
- C) procedente, desde que a tortura tenha sido empregada exclusivamente para obtenção de informações relacionadas à segurança nacional.
- D) improcedente apenas quanto à ordem do superior hierárquico, admitindo-se, entretanto, a invocação de estado de guerra ou emergência pública como justificativa para a tortura.
- E) procedente, desde que os sofrimentos impostos sejam exclusivamente de natureza psicológica, sem emprego de violência física.

39) Em determinado Município, a Administração Pública editou um decreto regulamentando a lei municipal de vigilância sanitária. Posteriormente, realizou inspeções em estabelecimentos comerciais, expediu licenças de funcionamento, interditou um restaurante por graves irregularidades sanitárias e aplicou multa ao seu proprietário após regular processo administrativo.

Considerando a doutrina majoritária e os Poderes Administrativos, é correto afirmar que as medidas adotadas pela Administração

- A) configuram exercício do poder disciplinar, pois decorreram da aplicação de sanções administrativas a particular.
- B) caracterizam o exercício do poder de polícia em sentido estrito, que compreende a regulamentação de leis, o controle preventivo e o controle repressivo, visando à proteção do interesse público.
- C) constituem exercício do poder de polícia em sentido amplo apenas quanto à edição do decreto regulamentar, sendo as demais medidas atos de gestão administrativa sem natureza de poder de polícia.
- D) somente poderiam ser praticadas mediante autorização prévia do Poder Judiciário, em razão da restrição imposta aos direitos individuais.
- E) decorrem do poder hierárquico, uma vez que a Administração possui supremacia sobre todos os particulares que se encontrem em seu território.



40. Durante auditoria realizada em uma autarquia federal, constatou-se que o diretor-presidente nomeou sua esposa para ocupar cargo em comissão. A nomeação observou todas as formalidades legais previstas à época, inexistindo lei específica que vedasse expressamente essa conduta. Contudo, a Controladoria concluiu que o ato contrariava os padrões éticos exigidos da Administração Pública.

A luz do princípio da moralidade administrativa previsto na Constituição Federal e da doutrina majoritária, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da moralidade administrativa constitui mera decorrência do princípio da legalidade, razão pela qual não é possível reconhecer a invalidade de um ato administrativo quando este estiver em conformidade com a lei.
- B) A Constituição Federal trata os princípios da legalidade e da moralidade como princípios autônomos, admitindo-se a existência de atos administrativos legais, mas incompatíveis com a moralidade administrativa.
- C) A moralidade administrativa possui natureza exclusivamente ética, sem qualquer eficácia jurídica, servindo apenas como recomendação de boa conduta aos agentes públicos.
- D) A violação ao princípio da moralidade administrativa somente poderá ser reconhecida quando houver expressa previsão legal proibindo a conduta praticada pelo agente público.
- E) A Lei nº 9.784/1999 não contempla o princípio da moralidade administrativa, restringindo-se à observância dos princípios da legalidade e da eficiência.





PROVA DISSERTATIVA-ARGUMENTATIVA

A proposta abaixo segue o formato previsto no Edital nº 01/2026 da PMPI: produção de texto dissertativo-argumentativo autoral, com abordagem de tema de ordem social e extensão de 20 a 30 linhas. A avaliação considera, entre outros aspectos, o atendimento ao recorte temático, a interpretação crítica dos textos de apoio, a progressão das ideias, a coesão e o domínio da norma-padrão.

Texto de apoio I

Saber identificar letras, escrever palavras ou ler frases breves não significa, necessariamente, dominar a leitura e a escrita de maneira suficiente para enfrentar as exigências da vida cotidiana. O analfabetismo funcional manifesta-se quando uma pessoa, embora tenha frequentado a escola e reconheça elementos básicos da linguagem, encontra dificuldades para interpretar textos, relacionar informações, realizar cálculos ou utilizar conhecimentos escritos em situações concretas.

Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional, cerca de 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos encontravam-se nessa condição em 2024. Isso corresponde a aproximadamente 40,8 milhões de jovens e adultos. Os dados também demonstram que a escolarização formal, embora seja decisiva, não garante isoladamente o desenvolvimento de competências mais complexas de leitura, escrita e raciocínio matemático.

Texto de apoio II

A dificuldade para compreender adequadamente uma notícia, uma orientação de serviço, um contrato, uma proposta política ou as instruções de um formulário ultrapassa os limites da vida escolar. Ela interfere no acesso a direitos, na inserção profissional e na participação do indivíduo nas decisões da comunidade.

O exercício da cidadania pressupõe não apenas o reconhecimento formal de direitos e deveres, mas também a capacidade de acessar informações, avaliá-las criticamente e utilizá-las para tomar decisões. Nesse sentido, o domínio da leitura e da escrita amplia as possibilidades de participação social e política. Sem essas competências, o cidadão pode tornar-se mais dependente de terceiros, mais vulnerável à desinformação e menos capaz de compreender os mecanismos pelos quais seus direitos são assegurados ou negados.

Proposta de redação

Com base nas ideias apresentadas nos textos de apoio e em seus próprios conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema:

O analfabetismo funcional como obstáculo ao pleno exercício da cidadania no Brasil

Em seu texto, analise de que maneira as limitações de leitura, escrita e interpretação podem interferir na vida social dos indivíduos e discuta as responsabilidades da escola, do poder público e da sociedade no enfrentamento desse problema.

Instruções ao candidato:

Desenvolva seu texto em prosa, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Apresente um ponto de vista claramente definido e argumentos que o sustentem.

Utilize os textos de apoio apenas como estímulo à reflexão, sem copiá-los.

Empregue a norma-padrão da língua portuguesa.

Organize as ideias com coerência, coesão e progressão argumentativa.

Não assine o texto nem apresente qualquer forma de identificação.

Será atribuída nota zero à redação que fugir ao tema ou não atender à tipologia dissertativo-argumentativa.



SIMULADO GRATUITO – PREPARATÓRIOS MILITARES



RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	